



## Juiz e mais nove suspeitos de venda de sentenças devem ficar presos

Acusados de vender sentenças e liminares e de integrar esquema de grilagem no sul do Piauí, dez presos tiveram suas prisões preventivas decretadas pelo desembargador Luís Gonzaga Brandão de Carvalho no sábado (27/11). A prisão do grupo é resultado da Operação Mercadores, deflagrada pela Polícia Federal. As informações são do *Portal AZ* e *MeioNorte.com*.

Inicialmente, o desembargador havia decretado a prisão temporária por cinco dias e prorrogado por mais cinco. O prazo terminaria nesta segunda-feira (30/11). No entanto, com a prisão preventiva, não há prazo para os presos serem libertados.

Um dos presos é o juiz de Parnaguá, Carlos Henrique. Ele é suspeito de integrar um grupo que atuava com a grilagem de terras nos municípios de Corrente e Parnaguá. A região possui as terras mais férteis e valorizadas dos cerrados piauienses.

Os negócios da quadrilha renderiam, nos próximos meses, cerca de R\$ 30 milhões, de acordo com as investigações. Além da acusação de venda de liminares e sentenças, os dez suspeitos são acusados de tráfico de influências e corrupção ativa e passiva. São eles: Richard Tomas Lopes, genro do juiz Carlos Henrique; Richard Tomas Lopes, genro do juiz Carlos Henrique; Marcos Vinícius de Aguiar; Francisco Marcilei Dantas Gomes, irmão do ex-presidente da Câmara dos Vereadores de Corrente, Marcos Dantas; Iomar Pertensen de Albuquerque; Getúlio Vargas Gomes da Fonseca; Fileldelfo Silva Corado Neto, sobrinho de Filadelfo Corado Silva, ex-vice-prefeito do município de Sebastião Barros; Cecílio Oliveira Cruz, ex-policia civil; Arquimedes Sampaio Filho e Abdias Moraes Neto.

**Autores:** Redação ConJur